



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Jennifer Rosa Lima de Oliveira

**Exilados brasileiros no Chile (1970-1973): uma análise à luz da documentação do
CIEx**

Brasília

2018

Jennifer Rosa Lima de Oliveira

**Exilados brasileiros no Chile (1970-1973): uma análise a luz da documentação do
CIEx**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília
como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel/licenciado em História.

Orientador: Carlos Eduardo Vidigal

Brasília

2018

RESUMO

Este trabalho busca compreender o exílio, uma das ferramentas de repressão utilizada pela Ditadura Militar Brasileira que pretendia retirar e isolar o ator político indesejado. Entretanto, a experiência fora do Brasil foi encarada, por alguns exilados, como a possibilidade de manutenção de sua atividade política. Desta forma, este trabalho visa analisar quais as formas de atuação política utilizadas pelos exilados brasileiros no exterior. Com essa finalidade, utilizará os informes do Centro de Informações do Exterior (CIEEx). Este órgão era vinculado ao Sistema Nacional de Informações, para fazer análises sobre a conjuntura política e econômica de outros Estados. Além disso, possuía mais uma competência: monitorar políticos e militantes brasileiros no exterior. Os informes eram produzidos por diplomatas e adidos militares em embaixadas brasileiras ao redor do mundo. Será dada prioridade à observação de documentos produzidos sobre exilados brasileiros no Chile, por se tratar de um local com um governo socialista entre os anos de 1970 e 1973. Atraindo, portanto, uma grande quantidade de exilados e banidos.

Palavras-chave: Exílio, Chile, CIEEx, Ditadura Militar de 1964, Salvador Allende.

ABSTRACT

This research aims to comprehend the exile, one of the forms of repression used by the Brazilian Military Dictatorship that intended to remove and isolate the undesired political actor. However, the experience outside Brazil was perceived, by some exiles, as the possibility to continue their political action. This way, this research intends to analyze what are the ways of exiled Brazilian's political activity. For this purpose, were use the reports from Centro de Informações do Exterior. This organ was linked to Sistema Nacional de Informações, created to analyze the political and economic conjuncture of other States. Besides that, had one more function: to monitor brazilian politicians and militants in abroad. There will be priority to observe the documents made about exiled in Chile, since it was a country with a socialist government between 1970 and 1973. Therefore, attracting a lot of exiles and banned.

Key-words: Exile, Chile, CIEEx, Military Dictatorship of 1964, Salvador Allende.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. BRASIL: AME-O OU DEIXE-O	9
1.1. Guerra Fria e América Latina	9
1.2. Doutrina de Segurança Nacional	11
1.3. Golpe de 1964.....	13
1.4. Exílio como instrumento de exclusão política.....	16
2. CHILE: UMA ESPERANÇA	19
2.1. Respeito às instituições e via chilena ao socialismo.....	19
2.2. Brasileiros exilados no Chile	24
3. ATIVIDADES POLÍTICAS DOS EXILADOS SEGUNDO O CIEX.....	28
3.1. Serviço Nacional de Informações e o Centro de Informação do Exterior.....	28
3.2. Apoio do governo Allende aos exilados.....	31
3.3. Contatos de exilado com países e organizações no exterior.....	34
3.4. Denúncias das arbitrariedades da ditadura brasileira	37
3.5. Influência da crise no Chile na atividade política dos asilados brasileiros	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
FONTES PRIMÁRIAS	45
FONTES SECUNDÁRIAS	46

INTRODUÇÃO

O contexto mundial bipolar, percebido por muitos como um maniqueísmo entre capitalismo e socialismo, teve reflexos na América Latina. Para a manutenção da América como área de influência dos Estados Unidos, ocorreu a instauração de ditaduras militares de direita em diversos países do Continente com o suporte norte-americano, pois as Forças Armadas foram consideradas instituições mais estáveis e modernas (BANDEIRA, 2008, p. 84). Neste contexto, a Ditadura Militar Brasileira, alimentada pela Doutrina de Segurança Nacional, compreendia os opositores do regime como inimigos internos a serviço do comunismo internacional. Assim, perseguições políticas, prisões ilegais, censura, torturas e assassinatos foram cometidos com base nessa doutrina. A repressão não teria obtido êxito caso não dispusessem de um forte aparato para obter informações. A Inteligência é essencial para os Estados e compatível com a democracia, todavia neste caso foi integrada ao sistema repressivo para combater aqueles que eram vistos como subversivos (FICO, 2001, p. 105).

Outra ferramenta utilizada pela Ditadura foi o exílio. Inicialmente, sua intenção era controlar a oposição, expulsando do território nacional e isolando os atores políticos classificados como indesejáveis (MARQUES, 2011, p. 53-54). Neste contexto, o Chile atraiu muitos brasileiros nessa condição, pois possuía um ambiente em que as instituições democráticas tradicionalmente eram respeitadas. Quando ocorreu a eleição do presidente socialista Salvador Allende, o número de exilados cresceu consideravelmente. Esse fato gerou preocupação aos governantes brasileiros, porque temiam que o Chile se tornasse uma base para as guerrilhas na América do Sul e era necessário, neste sentido, defender suas fronteiras ideológicas¹.

Na tentativa de estar a um passo a frente de seus inimigos, o Brasil fez uso de um sofisticado sistema de informações que atuava além de suas fronteiras territoriais. O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) foi criado nesse contexto pelo Ministério das Relações Exteriores, de acordo com os propósitos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Os diplomatas brasileiros vinculados ao CIEEx observavam discretamente os

¹ O termo “fronteiras ideológicas” se refere a relativização da soberania de um Estado que não estaria mais baseada nas fronteiras territoriais e geográficas, mas no caráter político e ideológico. Dessa forma, as fronteiras poderiam ser ultrapassadas, posto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada diante da ameaça a determinados valores. Assim, “invasões e interferências em países considerados de perfil “comunista” ou ameaçados por ele seriam consideradas naturais, a fim de manter sua segurança interna” (FERNANDES, 2009, p. 2).

exilados fora do Brasil e registravam qualquer movimentação considerada suspeita. O CIEEx não observou apenas militantes, mas quase todos os brasileiros no exterior, principalmente aqueles que se dirigiam ao Leste Europeu, Chile e Uruguai, pois estas eram consideradas regiões subversivas. Desse modo, políticos brasileiros, estudantes, militantes políticos e pessoas comuns foram vítimas da espionagem política (PENNA FILHO, 2008).

José Maria Rabêlo (2001, p. 87), ao escrever seu livro de memória contando sua experiência como exilado, conta que uma frase tornou-se famosa entre os exilados no Chile naquele período, apesar do desconhecimento sobre o autor: “Agitador, revolucionário, comunista, socialista, anarquista etc. A verdade é esta: atravessou os Andes, é pacífico”. O trocadilho demonstra que a atividade política, aparentemente, não era tão intensa como imaginado pelos órgãos da repressão e nem como esperado pelos exilados mais ativistas.

Este trabalho, portanto, busca examinar, através da vasta documentação do CIEEx, qual a percepção dos agentes de informação sobre os exilados, suas vidas no exílio e sua provável atuação política no exterior. Além disso, pretende analisar quais as formas encontradas pelos brasileiros expulsos de manter suas atividades políticas e quais atividades eram essas. Pretende, ainda, refletir acerca da influência que poderiam ter na conjuntura brasileira. Os documentos analisados encontram-se no Núcleo de Estudos do Mercosul, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB).

Para este fim, o primeiro capítulo procura contextualizar o ambiente que propiciou o surgimento da ditadura no Brasil, assim como a doutrina que fundamentou a repressão ocorrida. Tais informações explicam a razão pela qual o exílio foi imposto para muitos cidadãos. O segundo capítulo busca revelar as circunstâncias que atraíram os brasileiros para o Chile naquele momento. Ademais, discorre brevemente sobre o processo de chegada dos exilados e como isso refletia na política do país de destino. Finalmente, o terceiro capítulo descreve como funcionava o Sistema Nacional de Informações, do qual o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) fazia parte. Além disso, é feita a relação de algumas formas de atuação política em que exilados brasileiros estavam envolvidos. É importante ressaltar que não eram as únicas e que a documentação analisada tem potencial para a extração de muito mais informação. O recorte deste trabalho, todavia, exigiu a priorização de alguns aspectos.

Pio Penna Filho (2008, p. 83) destaca que o Centro de Informações no Exterior (CIEEX) é o que poderíamos chamar de “o elo perdido” do sistema, uma vez que é um tema pouco explorado pela historiografia sobre o Golpe Militar de 1964. Assim, ainda é nebuloso o conhecimento sobre a área de atuação do Centro. Desta maneira, os estudos a respeito desse assunto possibilitarão compreender mais um aspecto do autoritarismo brasileiro, assim como seus métodos sofisticados de repressão nos anos da ditadura.

1. BRASIL: AME-O OU DEIXE-O

1.1. Guerra Fria e América Latina

Após a Segunda Guerra Mundial, o antagonismo entre capitalismo e comunismo tomou nova dimensão com o advento da Guerra Fria, apesar da aliança formada na guerra para combater seu inimigo em comum, Adolf Hitler². Segundo Sombra Saraiva (2007, p.199), ao fim do conflito, a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) contava com um saldo de mais de vinte milhões de mortos e tinha a intenção de reconstruir o país com base nas reparações de guerra e na política de zonas de ocupação. Diante disso, os Estados Unidos da América (EUA) interpretaram a estratégia soviética como um projeto expansionista, que poderia resultar na perda da influência estadunidense no Ocidente. Somado a isso, era necessário aos Estados Unidos a capacidade de exercer forte multilateralismo econômico em uma área com valores capitalistas. Desta maneira, a política financeira e industrial norte-americana estava associada ao anticomunismo.

Neste contexto, os Estados Unidos buscaram formular políticas, para restaurar áreas devastadas pela guerra, a exemplo do Plano Marshall, pois imaginava-se que estariam mais suscetíveis à influência soviética. Ademais, propuseram a criação de uma grande aliança militar ocidental, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Todas as medidas objetivavam a contenção da URSS, garantindo mais espaços econômicos, políticos e ideológicos.

Segundo Saraiva (2007, p. 203), inicialmente a URSS não reagiu aos empreendimentos estadunidenses, entretanto a presença cada vez mais frequente de capitais norte-americanos no leste europeu estimulavam o anticomunismo na região e desenvolvia o poderio estratégico-militar dos EUA em toda a Europa. Assim, a militarização das fronteiras soviéticas, o agravamento da política de espaços na Europa Oriental e a produção de armas foi a solução encontrada por Stalin. Com o avanço do projeto nuclear e o desenvolvimento de pesquisas espaciais, a URSS se igualava cada vez mais com seu rival capitalista nestes aspectos.

² Durante a Segunda Guerra Mundial dois grupos antagônicos se formaram: os Aliados e o Eixo. As potências centrais do primeiro eram o Império britânico, a França, os Estados Unidos, a União Soviética; do segundo, a Alemanha, a Itália e o Japão. “Cada uma das principais potências lutava a sua guerra particular, com suas especificidades e interesses específicos” (BERTONHA, 2015, p. 17).

Em pouco tempo o conflito extrapolou os limites do território europeu, dando um caráter global para o conflito e aumentando a dimensão militar. De acordo com Franchini Neto (2005, p. 131), a morte de Stalin e o fim da guerra coreana marcou um período de diminuição da tensão bipolar, entretanto nos anos seguintes houve a aquisição de novos vetores de lançamento e bombas de hidrogênio por partes das potências. A corrida armamentista amplificou a denominada *destruição mútua assegurada*³. Os Estados Unidos tiveram a percepção de que estavam em desvantagem tecnológica, sobretudo com o lançamento do satélite artificial soviético, *Sputnik*, em 1957.

Na América Latina, não havia a preocupação com a reconstrução pós-guerra e a influência soviética não era um perigo eminente, como na Europa. Dessa forma, inicialmente, a região era considerada naturalmente área de influência dos Estados Unidos (SARAIVA, 2007, p. 208). A hegemonia estadunidense na região era exequível desde o final do século XIX, quando a Doutrina Monroe, resumida no lema “a América para os americanos”, passou a agir, com o objetivo de conquistar e garantir as fontes de matérias primas e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, afastando as iniciativas da Grã-Bretanha e outros países europeus (BANDEIRA, 2009, p. 47).

Quando em 1959, após dois anos de luta liderada por Fidel Castro, a Revolução Cubana triunfou, acerca de cem quilômetros de distância da Flórida, as elites norte-americanas interpretaram como uma grande afronta. Em consequência, houve o rompimento das relações entre os dois países, além de um embargo econômico e a expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Neste contexto, ocorreu também a suspensão das relações diplomáticas entre Cuba e praticamente todos os países da América. A elite americana se posicionou contra o regime cubano, promovendo uma campanha sistêmica com vistas a desmoralizar e desestabilizar o governo de Castro. A justificativa para tal era o receio de que países da América Central, Caribe e América do Sul seguissem o exemplo da ilha (BANDEIRA, 2008, pp. 22-23).

Em resposta à Revolução Cubana, surgiu na política externa estadunidense a Aliança para o Progresso. Formulada na administração Kennedy, e divulgada pela Casa Branca no dia 13 de março de 1961, prometeu conceder por volta de vinte bilhões de dólares para serem utilizados em programas de desenvolvimento na América Latina. Tal

³ Termo que designa o equilíbrio induzido pelo perigo do holocausto nuclear. Dessa forma, o equilíbrio do terror funcionava como a garantia da estabilidade e paz mundial (ANTUNES, 2007, p. 1)

medida era análoga ao Plano Marshall, porém se diferenciou pela menor quantidade de fluxo de recursos e um período menor de tempo (CERVO, 2015, pp. 346-348). Para Agüero Garcia (2016, p. 162), o intuito dessa medida era tentar premiar financeiramente países que demonstrassem obediência na luta contra a expansão comunista, ratificando a superioridade da livre iniciativa, do individualismo e da democracia liberal frente ao modelo socialista.

Contraditoriamente, outra medida adotada para combater o avanço de grupos mais à esquerda no espectro político foi o apoio, inclusive financeiro em alguns casos, à ditaduras de direita. Essas eram demasiadamente repressoras e cumpriam o papel de suprimir grupos de esquerda, armados ou não, na América do Sul e na América Central. Assim, com a ajuda do governo estadunidense, o qual propagandeava os benefícios de sua democracia liberal, golpes depuseram governos em vários países e deram início a regimes autoritários, como o ocorrido no Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e posteriormente também no Chile (BANDEIRA, 2008, p. 24).

1.2.Doutrina de Segurança Nacional

Samantha Viz Quadrat (2002, p. 174) afirma que o presidente John Kennedy criou a *School of America Watch*, ao reformular a Escola do Exército Americano no Caribe, localizada no Panamá desde 1946. O objetivo era disseminar a doutrina americana e orientar os militares de toda a América Latina sobre como agir na luta contra o comunismo. Dessa forma, aproximadamente seiscentos mil militares latino-americanos receberam algum tipo de treinamento. Quadrat ressalta que muitos deles se envolveram posteriormente em graves acusações de violações de direitos humanos em seus respectivos países.

Fazia parte do treinamento interpretar qualquer tentativa de oposição aos regimes ou qualquer movimento mais à esquerda como propagadores da ideologia comunista, devendo, assim, ser combatido. A Escola das Américas propiciou a interação e convivência entre militares latino-americanos, o que permitiu o estabelecimento de um pensamento comum. A relação entre eles pode ter sido um incentivador da criação da Operação Condor⁴, no Cone Sul, posteriormente.

⁴ A Operação Condor foi criada em 1975. Foi uma cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul com o objetivo de atuar na repressão e na troca de informações entre esses países. A justificativa foi a alegação que grupos de esquerda estavam prestes a se unir nesta região (QUADRAT, 2002).

A Escola das Américas teve importante papel na propagação da Doutrina de Segurança Nacional. Tal pensamento é baseado na teoria da guerra interna, segundo a qual a estabilidade e a segurança nacional podem estar em perigo não por invasões externas, mas por grupos internos, que por serem subversivos necessitavam ser neutralizados ou suprimidos (FAGUNDES, 2014, p. 69). Consequentemente, o inimigo passou a ser visto como o nacional que estava dentro de suas fronteiras.

No Brasil, o principal articulador e divulgador da Doutrina de Segurança Nacional foi Golbery do Couto e Silva, através da Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG, criada em 1949, foi modelada e apoiada organizacional e operacionalmente pelo *National War College* dos Estados Unidos. Segundo escreve Fagundes (2014, p. 65), “a inspiração norte-americana contribui para a formação do seu caráter marcadamente anticomunista, mas é o contexto internacional da Guerra Fria e sua compreensão pelos militares daqui que deu a cara da sua doutrina”.

Em pouco tempo, a ESG tornou-se um espaço onde os militares interessados em debater as questões políticas nacionais podiam se reunir, além de transformar-se em um importante centro de estudos político, com prestígio não só entre eles, mas também entre civis. Não tardou a converter-se em principal centro de inteligência das Forças Armadas. Surgiram ali as motivações militares e políticas para os argumentos que os colocariam como responsáveis por decidir e defender os objetivos nacionais permanentes (FAGUNDES, 2014, pp. 65-66).

O contexto internacional da bipolaridade fazia crescer o sentimento de disputa e maniqueísmo. A Revolução Cubana trouxe esperança para as esquerdas de que o comunismo logo se tornaria real em outras regiões além da ilha caribenha, mas também trouxe medo para os grupos à direita no espectro político. Havia, ainda, a crença que a URSS patrocinava grupos em diversas partes do mundo para espalhar a sua ideologia. Com estes pretextos, achava-se necessário uma aproximação com os EUA para lidar com as forças soviéticas.

O discurso anticomunista deu respaldo para o golpe de Estado que ocorreu no dia 1º de abril de 1964. Nos anos que se seguiram, a mesma retórica foi usada para justificar desde medidas econômicas pouco palatáveis até políticas de exceção. Por meio deste recurso, fundamentou-se a permanência dos militares no poder, a repressão violenta e as inúmeras violações de direitos humanos.

1.3. Golpe de 1964

Durante o governo de João Goulart, o Brasil enfrentou uma crise econômica, com um grande endividamento e altos níveis de inflação. Ademais, a crise política se fazia presente desde o final da administração de Juscelino Kubitschek, em 1959. Consequentemente, parte da população e certos setores da sociedade, sobretudo o agrário e industrial, que haviam sido atingidos diretamente pela crise, demonstravam inquietação com os acontecimentos.

João Goulart era visto como um político populista e seus projetos eram bastante criticados pelos opositores e pela opinião pública. O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), ambos partidos da oposição, atribuíam ao presidente a culpa pela piora da crise político-institucional e tentavam evidenciar que Goulart estava tramando um golpe de esquerda. Com a divulgação das Reformas de Base, que Jango tentou colocar em prática, a situação foi agravada. As mudanças prometidas pela Reforma transformariam a estrutura agrária, economia e educacional do país, desagradando as elites nacionais e os setores mais conservadores (FERNANDES, 2009, p. 20). Além disso, a política de independência nas relações com outras nações, em companhia do esforço em moderar a remessa dos lucros do capital estrangeiro para fora do país, contrariou os interesses da burguesia brasileira associada ao capital imperialista (LARA; SILVA, 2015, p. 277).

O medo do Brasil se transformar em uma nova Cuba garantiu que grupos importantes da sociedade apoiassem uma intervenção militar. Uma parcela da população acreditava que a moral e os bons costumes estavam ameaçados. Assim, diversas organizações religiosas organizaram Marchas da Família com Deus e que contaram com uma expressiva participação popular. Os militares também contaram com o apoio dos meios de comunicação e de setores do empresariado.

O desdobramento dessa tensão social e da crise política se deram no final do mês de março e início de abril de 1964, quando João Goulart foi deposto e o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, assumiu o governo. Porém, logo o poder foi transferido para uma junta governativa composta pelo Ministro do Exército, Ministro da Aeronáutica e o Ministro da Marinha, todos militares.

Na tentativa de dar legitimidade ao golpe e continuidade às mudanças que pretendiam, a junta militar publicou o Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964. Dessa forma, foi mantida a Constituição de 1946, porém foi dada autorização para

modificar as atribuições do Presidente da República, dando-lhe mais poder para efetivar seus planos. Entre outras medidas presentes nos onze artigos, foi dada a autorização para a suspensão de direitos políticos por dez anos e cassação de mandatos legislativos em todos os entes federados (BRASIL, 1964).

Com a edição do AI-1 ficou estabelecido que haveria eleição indireta para Presidente da República, assim como para Vice, por meio de maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Desta feita, o Congresso votou e o general Humberto de Alencar Castello Branco, reputado por pertencer à ala moderada do Exército, foi empossado.

O combate à ideologia comunista era imprescindível para Castello Branco. Para ele, os brasileiros desejavam a autodeterminação e o ambiente das liberdades fundamentais que fora posto em xeque pelos comunistas que haviam penetrado o governo. Ainda segundo ele, através da Revolução de 1964 – termo como era utilizada na época, inclusive em discursos, documentos e literatura, para descrever a ação dos militares na esfera política – o foco da subversão seria eliminado de uma vez por todas (FERNANDES, 2009, p. 29).

No ano seguinte, em 27 de outubro de 1965, foi publicado o Ato Institucional nº2. Nele, entre outras coisas, era decretado a extinção dos partidos políticos. Dessa maneira, tanto os partidos de oposição, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), como o partido governista, a União Democrática Nacional (UDN), foram suprimidos. Também foi definido que a eleição seguinte seria indireta, acabando, portanto, com qualquer possibilidade de algum candidato da oposição vencer. Essas determinações visavam a manutenção do regime, visto que para o próprio Castello Branco, o multipartidarismo gerava instabilidade e a pluralidade não refletia a estrutura interna uniforme, conforme discurso no Congresso Nacional (FERNANDES, 2009, p. 33).

As eleições indiretas seguintes aconteceram e Artur da Costa e Silva assumiu o poder em 15 de março de 1967. Diferentemente das condições em que seu antecessor foi empossado, o regime militar já estava consolidado e não retrocederia. Os Atos Institucionais demonstravam que as estruturas político-institucionais vigentes permaneceriam em vigilância, sob forte controle e intervenção estatal. Qualquer obstáculo para esses grupos seria “constitucionalmente” modelado para que se adequasse aos seus planos.

Foi neste contexto, que o Ato Institucional nº5 foi proferido, em dezembro de 1968. Em seus doze artigos, o AI-5 conferiu poderes ditatoriais ao Presidente da República, uma vez que decretou recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e da Câmara de Vereadores e o retorno somente quando convocado pelo Chefe do Executivo Federal. Também autorizou intervenção federal nos estados e municípios mesmo que sem previsão constitucional e viabilizou a decretação do estado de sítio por período indeterminado. Suspendeu direitos políticos e permitiu que a violação dos direitos se aplicasse também ao exercício de direitos públicos e privados. Além disso, suspendeu a garantia do *habeas corpus* em caso de crime político, contra a segurança nacional, a ordem econômica social e a economia popular (BRASIL, 1968).

Apesar da forte repressão civil, a oposição ilegal, formada por jovens militantes de esquerda, continuou resistindo. Esses grupos organizavam protestos e atentados, além de sequestro de embaixadores, com o intuito de expor e denunciar as arbitrariedades da ditadura militar na tirania com que tratavam os opositores do regime. Outro objetivo era liberar os presos políticos, trocando-os pelos embaixadores e autoridades sequestradas.

Foi neste cenário que Emilio Garrastazu Médici chegou ao poder. Iniciou-se, desta maneira, os “anos de chumbo” do regime militar brasileiro. As Forças Armadas e a polícia criaram órgãos especializados na repressão. Muitas prisões, sequestros e assassinatos foram cometidos para confrontar as guerrilhas urbanas, que eram tidas como grupos terroristas. Vizentini (2004, pp. 132-133) diz que o combate aos “terroristas” que não representavam um verdadeiro perigo ao regime contribuiu para o agravamento dos meios de repressão e censura, ou seja, exacerbaram o perigo das guerrilhas urbanas para legitimar a forte coerção e demonstrar força diante de qualquer oposição, concreta ou potencial. Organizações civis de extrema direita reforçavam as perseguições, a exemplo do Comando de Caça aos Comunistas e os Esquadrões da Morte, compostos por polícias atuando na ilegalidade.

As violações aos direitos fundamentais, liberdades individuais e da imprensa fizeram que os Estados Unidos se preocupassem com a situação brasileira. Diante disso, houve uma redução substancial do auxílio financeiro concedido ao Brasil. Mesmo assim, muitos brasileiros continuavam sendo perseguidos, presos ou exilados por razões ideológicas. O *slogan* oficial do governo era “Brasil: ame-o ou deixe-o” representando bem o que se passava no país.

Ao longo desse período, muitos cidadãos foram submetidos a maus-tratos enquanto estavam nas prisões. Outros tantos desapareceram ou faleceram sem uma explicação plausível sobre a causa da morte. Sair do Brasil, para alguns, era questão essencial para a própria sobrevivência.

1.4. Exílio como instrumento de exclusão política

A concepção da guerra interna, trazida pela Doutrina de Segurança Nacional, autorizou diversas formas de punição para aquele que era percebido como um inimigo. Entre elas estavam a prisão, o desaparecimento, o assassinato e o exílio. Teresa Cristina Schneider Marques (2011) escreve em sua tese de doutorado que o exílio era encarado como uma pena política significativa, tendo em vista que simultaneamente afasta os atores políticos declarados malquistos e dificulta a organização de oposição ao regime que os coagiu a sair. A meta era isolar, desarticulando e segregando a oposição ao *status quo*.

Conforme Denise Rollemberg (2007), o exílio brasileiro não ocorreu em massa, diferentemente de outros países da América Latina. A historiadora afirma que existe certa dificuldade em estudar o exílio, pois há uma heterogeneidade de experiências. Entretanto, esta característica torna produtivo e interessante a pesquisa acerca desse tema.

Ainda de acordo com Rollemberg (2007), a classe média escolarizada, politizada e pertencente a movimentos sociais, foi a maior atingida pelo exílio. Todavia, em menor escala, operários, sindicalistas, militares de baixa patente, entre outros, também foram atingidos pelo recurso do banimento. Pessoas que não sofreram perseguições diretamente por parte da repressão, mas que saíram do país por não estarem dispostas a viver sob um regime ditatorial, igualmente podem ser consideradas exiladas. Da mesma forma, são exilados os homens, as mulheres, as crianças e os adolescentes que precisaram partir, não por suas atividades e opiniões políticas, mas para acompanhar seus familiares que foram banidos. Em suma, existe uma multiplicidade de experiências e narrativas variadas. Essa variedade é refletida, inclusive, nos locais de destinos escolhidos e na forma como essas pessoas viviam e sobreviviam, tendo dificuldades financeiras para se manter ou não.

Reforçando a pluralidade que envolve o tema, é proposto por Denise Rollemberg (2007) que houve duas gerações de exilados. Essa divisão em períodos não é rigorosa, porém auxilia no mapeamento da trajetória dos acontecimentos. O início da primeira geração se dá com o próprio golpe de 1964 e a maioria dos exilados escolheram o Uruguai como destino. Neste contexto, o exílio foi utilizado de forma mais contida, restringindo-se àqueles políticos do governo deposto e aqueles que já faziam parte das lutas pré-1964. Entre eles estavam políticos com mais experiência, membros do governo deposto e partidos que o apoiavam. Rollemberg (2007) ressalta que a maioria das mulheres que partiram para o exílio nessa geração eram esposas e filhas que estavam em condições de acompanhantes. Dentre os que partiram neste período estão o presidente deposto, João Goulart, e seu cunhado, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

A segunda geração é composta por um perfil diferente e começa por volta de 1968. O marco temporal e a justificativa para a diferenciação do perfil dos exilados é que forte aparato repressivo, desencadeado pelo AI-5, possibilitou uma maior repressão a grupos de militantes, composto em grande parte por jovens estudantes oriundos de diversas classes sociais. Com a meta de dar um caráter legal para a prática do banimento, foi editado o Ato Institucional nº 13, em 1969. Nele era instituído a pena de banimento do Território Nacional àquele que se tornasse inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional (BRASIL, 1969). Tal pena foi atribuída para os militantes envolvidos no sequestros dos embaixadores com o objetivo de troca-los por presos políticos e chamar a atenção dos meios de comunicações internacionais sobre os excessos cometidos pelo regime (MARQUES, 2011, p. 43).

O exílio da segunda geração, portanto, atingiu um número maior de militantes, diferenciando-se da primeira. Rollemberg (2007, p. 207) ressalta que entre a geração de 1964 e 1968 não há fronteiras intransponíveis e aconteceram casos de trânsito entre elas. Contudo, no exílio, a junção delas quase nunca ocorreu. Havia pouco espaço para diálogo, sobretudo pelas diferenças de culturas políticas e geracionais.

Entretanto é possível apontar semelhanças entre ambas gerações: a confiança no caráter provisório do exílio, razão pela qual a América Latina, por sua proximidade, foi escolhida como destino para a maioria destes brasileiros. Estar próximo facilitaria o retorno. Para os que partiram sobretudo para o Uruguai em 1964, a volta para casa e o retorno ao jogo político ocorreria rapidamente pois um levante popular colocaria fim na

ditadura. A vitória dos grupos revolucionários alimentava as esperanças do regresso daqueles que partiram desde 1968 (MARQUES, 2014, p. 124-125).

2. CHILE: UMA ESPERANÇA

2.1. Respeito às instituições e via chilena ao socialismo

O Chile possuía a tradição de ser um país que em boa parte de sua história respeitou o institucionalismo político, a tradição democrática, a ordem constitucional e a sucessão no poder de governos constitucionais. Desta maneira, esses elementos favoreciam a estabilidade política do país (FERNANDES, 2009). As Forças Armadas Chilenas contribuíam para o espírito democrático e contavam com grande admiração popular, pois havia um bom tempo que se mostravam como uma instituição “neutra”, “apolítica” e que respeitava a constituição (MARQUES, 2011, p. 80).

Em 1964, Eduardo Frei Montalva, do Partido Democrata-Cristão, foi eleito como Presidente da República. Era a primeira vez que este partido lançava uma candidatura e apresentava-se como uma nova geração na política, com ideias progressistas e de reforma social. Nesta eleição, concorreram Salvador Allende, apoiado pelo bloco de esquerda Frente de Ação Popular, e Julio Duran, apoiado pela direita governista Frente Democrática. Assim, a eleição de Eduardo Frei significou uma escolha que fugia da direita tradicional e da esquerda radical.

A eleição de Frei foi bem vista pelos Estados Unidos, uma vez que Lyndon Johnson apoiou a candidatura de Frei (FERNANDES, 2009 p. 63). O projeto de governo defendido pelo democrata-cristão era compatível com o ideal de democracia norte-americana e com a Aliança para o Progresso, de suma importância nas relações dos EUA com a América Latina. Neste contexto de guerra fria e constante preocupação com a difusão dos ideais da Revolução Cubana, o Chile se tornou uma vitrine da Aliança para o Progresso e para as reformas econômicas e sociais pretendidas na América Latina.

O governo de Frei assumiu um perfil reformista de cunho progressista, mas com um viés moderado. Identificou-se como a solução para a “crise da sociedade chilena” através da “revolução em liberdade”. Para esse fim, promoveu um conjunto de reformas estruturais, sobretudo bancária, urbana e agrária. Outra medida adotada foi o incentivo à industrialização, integração social e redistribuição de renda. Dessa forma, teve dois focos: a modernização econômica e a participação social.

As altas expectativas geradas pela revolução em liberdade resultou em uma crescente insatisfação popular. Mesmo com a conjuntura econômica relativamente

favorável, houve baixo crescimento econômico. Consequentemente, ocorreu aumento do desemprego, aumento da inflação e desvalorização da moeda chilena. A insatisfação das classes baixa e média crescia por conta disso. As classes mais altas também estavam incomodadas, especialmente por conta das reformas que iam de encontro aos seus interesses, a exemplo da reforma agrária (GIL *et al*, 1977, p.40).

Greves e reivindicações se tornaram frequentes, pois os grupos estavam cada vez mais articulados e mobilizados politicamente em organizações. Fernandes (2009, p. 71) descreve que grupos antes vistos como marginais pelo governo acabaram se organizando em diversas agremiações e instituições independentes, nos quais o controle estatal não estava muito presente e o poder político era bastante centralizado. Com passar do tempo esses grupos foram alcançando cada vez mais relevância política.

Outro revés para Frei foi uma cisão no Partido Demócrata-Cristão causado por divergências entre alguns dirigentes que acreditavam que uma opção não capitalista de desenvolvimento seria mais útil para alcançar a revolução em liberdade. Como efeito, os dissidentes da ala mais à esquerda do Partido formaram, em 1969, o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) e a Esquerda Cristã (GIL *et al*, 1977, p. 41).

Entre os anos de 1968 e 1969, a Democracia-Cristã perdeu cada vez mais influência, diferente da grande popularidade de 1964. A crise chegou ao campo devido a uma forte seca que prejudicou a colheita, somado ao repúdio dos latifundiários em ceder à reforma agrária. O reflexo do descontentamento com o governo Frei foi sentido nas eleições parlamentares de 1969. Assim, a imagem do governo estava cada vez mais desgastada.

Em 1970 ocorreram novas eleições presidenciais. O ex-presidente conservador Jorge Alessandri se lançou através do Partido Nacional. Pela quarta vez o senador Salvador Allende tentava alcançar a presidência, à frente de uma coligação de partidos de esquerda, a *Unidad Popular* (UP). Fizeram parte dessa coalizão o Partido Socialista e o Partido Comunista, declarados marxistas-leninistas, além do Partido Radical e por outros partidos menores, como o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) e a *Acción Popular Independiente*. Eduardo Frei não tentou se reeleger, porém lançou a candidatura de Radomiro Tomic, da ala mais à esquerda do Partido Demócrata-Cristão e com um perfil reformista, para tentar evitar uma possível ascensão de Allende (BANDEIRA, 2008, pp. 124-125).

O programa de governo da Unidade Popular tinha como objetivo promover uma revolução social, através da transformação das instituições existentes, com vistas a criar

um Estado operário. A modificação no modo de produção ocorreria por meio da via eleitoral, do Executivo, da presidência chilena. Não fazia parte dos planos substituir um presidente ou partido por outro através de uma revolução, mas colocar em práticas as mudanças pretendidas conservando e fortalecendo os direitos democraticamente assegurados (BANDEIRA, 2008, pp. 142-143). Em curtas palavras, Allende desejava levar o socialismo ao Chile por meio das vias democráticas.

Evidentemente, era indiferente se a Unidade Popular defendia uma via pacífica para a implantação do socialismo, a menor hipótese de uma ditadura do proletariado e o alinhamento com a União Soviética era suficiente para que os Estados Unidos se opusessem à Allende. Porém, diferentemente do que aconteceu na eleição de 1964, quando ajuda financeira estadunidense foi dada para a campanha de Eduardo Frei⁵, os Estados Unidos decidiram não apoiar nem Tomic e nem Alessandri e simplesmente financiar os seus respectivos partidos, ditos democráticos.

Ademais, foi estimulado pelo governo norte-americano a “*spoiling operations*”⁶ com o objetivo de destruir a candidatura de Salvador. Entre as técnicas usadas estava a publicação de artigos em jornais que atacavam personalidades da esquerda chilena e a União Soviética, o patrocínio a programas de rádio que propagandeavam certos candidatos e tentavam desmoralizar partidos de esquerda, além da manipulação de documentos e distribuição de materiais falsos, principalmente na intenção de criar um conflito entre socialistas e comunistas. Foram investidos milhares de dólares na tentativa de influenciar o resultado eleitoral, fora os recursos remetidos pelas corporações multinacionais (BANDEIRA, 2008, pp. 148-149).

Não apenas os Estados Unidos estavam receosos com o possível resultado da votação de 1970. Brasil e Argentina observavam com desconfiança os acontecimentos chilenos. Juan Bautista Yofre (2000, p. 77) relata que o chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, o general Muricy, e o chefe da Casa Militar da Presidência, o general Figueiredo, se reuniram com o embaixador argentino no Brasil, o general Osiris Guillermo Villegas. Nesta ocasião, discutiram acerca do assunto, concluindo se tratar de grave situação e que a eleição de Allende repercutiria negativamente em solo argentino e brasileiro. “*Ustedes sentirán los primeros dolores de cabeza, pero también*

⁵ Os Estados Unidos, por meio da CIA, gastaram 3 milhões de dólares para apoiar a campanha de Frei. Além de cerca de 20 milhões de dólares recebidos por empresas privadas, organizações católicas e *American Federation of Labor* e *Congress of Industrial Organization*. (BANDEIRA, 2008, p. 106)

⁶ Operação que consistia em infiltrar em organizações políticas, trabalhistas e estudantis na intenção de induzir artificialmente a radicalização de uma crise, através de desorganização social e avivamento da luta de classe, para pressionar a instauração de um golpe de estado devido ao abalo na base governamental.

nosotros precisaremos aspirinas”, afirmou um dos brasileiros, refletindo acerca dos possíveis efeitos que a eleição de Allende traria à Argentina, provavelmente pela proximidade, e ao Brasil, posteriormente, mesmo que não dividissem fronteiras. O temor era de que Salvador Allende permitisse que militantes de esquerda de toda a América do Sul fossem para o território chileno e lá se estabelecessem, se organizassem e partissem em direção de seus respectivos países na intenção de derrubarem seus governos. Seria, assim, uma ameaça para as ditaduras próximas.

Apesar dos esforços, no dia 05 de setembro de 1970, o resultado da eleição fora anunciado: Tomic obteve 27,8% dos votos; Alessandri, 34,95% e Salvador Allende conquistou 36,3% dos votos. De acordo com a lei chilena, a decisão de ratificar o resultado seria do Congresso, pois o candidato mais votado não teve maioria absoluta dos votos. Era necessário, portanto, apoio de um considerável número de congressistas. Para conquistá-lo Allende assinou um pacto de garantias constitucionais, que incluíam mudanças na Constituição. Assim, mesmo com pressão internacional estadunidense, das Forças Armadas e de setores mais reacionários da sociedade, o Congresso aprovou o resultado do sufrágio e Salvador Allende finalmente tomou posse como Presidente da República Chilena (FERNANDES, 2009, p. 77).

Com a vitória, a formulação da política externa baseou-se na declaração que haveria autonomia política e econômica. Visaram a manutenção das relações diplomáticas com todos os países independentemente de suas inclinações políticas e ideológicas. Neste sentido, havia o desejo de fortalecer os laços com países socialistas, além de apoiar o regime cubano e a população vietnamita frente à intervenção estadunidense que ocorria no país asiático neste período. Assim, foram reestabelecidas as relações com Cuba e intensificaram as relações com países do bloco soviético e leste europeu. Importante ressaltar que, apesar do incremento no comércio com a URSS, não houve ação política significativa ou apoio notável ao governo socialista chileno (FERNANDES, 2009, pp. 80-82).

Havia entre parte da população chilena certa afeição por países do bloco socialista. Marques (2011, p. 83) ressalta essa afirmação com base na visita de Fidel Castro a Santiago, ocasião em que uma grande quantidade de pessoas foram às ruas para saudar o líder cubano. Alguns jornais chilenos também publicaram manifestações de boas-vindas a Castro. Em 1971, no aniversário de morte de Ernesto Che Guevara, publicações valorizavam sua memória, a exemplo da edição de 09 de outubro de 1971 do *La Nación*.

Ainda segundo Marques (2011, p. 83), jornais chilenos do período repudiavam as ditaduras militares da América Latina. O jornal *La Nación* elaborou reportagens que denunciavam o autoritarismo e a violência utilizada contra a oposição pelos militares brasileiros. A rejeição ao regime brasileiro se intensificava a medida que chegavam ao Chile os presos políticos trocados pelos embaixadores sequestrados em 1971.

No plano interno, o novo governo prometeu estimular as mudanças necessárias seguindo os princípios e a legislação chilena. Era importante adequar o país e, principalmente, sua economia às novidades que se vislumbrava. Dessa maneira, as medidas principais adotadas no âmbito da economia foram a estatização completa da indústria do cobre e de outros recursos naturais, como o ferro e o salitre; eliminação do latifúndio através da reforma agrária; melhoria das condições de vida das classes mais baixas da sociedade.

A nacionalização da indústria do cobre buscava a recuperação da capacidade de desfrutar livremente dos recursos naturais pertencentes àquele país. Consequentemente, diminuía a dependência econômica. Esta política afetou diretamente os interesses de empresas norte-americanas, como a Kennecott e Anaconda, que exerciam atividades neste setor. Assim, os EUA minguaram as relações econômicas com o Chile e ampliaram o apoio à oposição ao governo da Unidade Popular. Boicote econômico, cancelamento de importação de material bélico, interrupção de auxílios financeiros e crédito, pressão e guerra psicológica através de propaganda contrária a Allende, financiamento para grupos opositores, participação em atentados foram algumas formas encontradas pelos EUA com vistas a formular o caos no Chile enquanto durou o governo de Salvador (FERNANDES, 2009, p. 80).

Apesar do boicote econômico, que se iniciou desde o início do mandato e ocorreu até o seu fim, no primeiro ano a economia chilena havia crescido. A combinação de políticas no sentido de aumentar a demanda agregada e o controle sobre os meios de produção e distribuição ajudaram no alcance do bom desempenho no primeiro ano. A inflação havia diminuído em relação ao ano anterior, os salários médios aumentaram e o Produto Interno Bruto cresceu (BANDEIRA, 2008, p. 305).

Apesar do bom desempenho econômico, houve desabastecimento de alguns produtos básicos e queda de produtividade no setor minerador. Ao passar do tempo, as iniciativas econômicas e sociais repercutiram negativamente tanto no âmbito econômico quanto no político. O aumento do padrão de vida da população gerou problemas financeiros para várias empresas de médio e pequeno porte, segundo Bandeira (2008, p.

309). Consequentemente, as empresas formaram uma oposição indesejada para a Unidade Popular. Além disso, o Poder Executivo e Legislativo frequentemente entravam em conflito.

A crise política se aprofundou quando Allende teve que enfrentar, além da oposição dos conservadores, a extrema esquerda. Estes cobravam que as reformas sociais fossem agilizadas. O descontentamento entre os militares se ampliava e de forma semelhante à classe média e alta. Greves de caminhoneiros, motoristas de ônibus e táxis e outras categorias; desabastecimento de alimentos e combustíveis; manifestações onde mulheres saíram às ruas batendo panelas e atentados foram desgastando cada vez mais o governo de Allende. Enquanto isso, parte das Forças Armadas se articulava.

No dia 11 de setembro de 1973 um golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas foi executado. Em menos de oito horas tomaram o poder, através do bombardeio ao *Palacio de La Moneda*, sede do governo executivo chileno. Salvador Allende não saiu vivo deste ataque. A esquerda chilena, diante da rapidez da ação militar, não conseguiu reagir mesmo com os indícios de que um golpe era previsto, com exceção de pequenos focos de resistência. Bandeira (2008, p. 550) conta que documentação brasileira afirma que a esquerda não contava com infiltrados dentro das Forças Armadas que pudesse dar conhecimento dos planos para o golpe.

Após o golpe, uma Junta Militar foi nomeada e o General Augusto Pinochet foi escolhido como seu presidente. A repressão àqueles considerados subversivos foi brutal. Mais uma vez na história da América Latina pessoas estavam sendo perseguidas, presas e mortas por conta de seu posicionamento político e ideológico.

2.2. Brasileiros exilados no Chile

Por ser um país que tradicionalmente respeitava suas instituições democráticas e por sua proximidade com o Brasil, o Chile foi bem visto como um destino para os exilados mesmo durante o governo Frei. Por conseguinte, pessoas pertencentes a primeira geração de exilados se deslocaram para lá, principalmente após a chegada de Pacheco Areco no poder no Uruguai em 1967. A situação uruguaia fazia com que o antigo local de concentração de exilados não fosse mais tão receptivo a militantes de esquerda (MARQUES, 2011 p. 128).

O perfil desse grupo era composto por aqueles que saíram do Brasil logo após o golpe de 1964. Eram deputados, ministros, advogados, economistas, jornalistas, médicos, professores, ou seja, pessoas com formação acadêmica e experiência profissional. Essas pessoas não encontravam dificuldade em encontrar emprego em suas respectivas áreas.

O Chile foi escolhido como destino pela possibilidade da continuidade em seus estudos acadêmicos em universidades chilenas, como a Universidade Católica do Chile. Outro estímulo foi a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que teve bastante importância no pensamento econômico e se tornou ponto de encontro. A agitação política e cultural chilena atraiu, neste contexto, pessoas como o antropólogo e ex-ministro Darcy Ribeiro, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o então líder estudantil José Serra, entre outros (MARQUES, 2011, p. 129).

A partir de 1969, com o aumento da repressão no Brasil através da edição do AI-5 e o AI-13, o perfil dos exilados que chegavam ao Chile começou a mudar. Boa parte eram jovens integrantes de grupos clandestinos, envolvidos ou não com luta armada, ou com o movimento estudantil. Taxados como banidos pela repressão brasileira, desembarcaram em Santiago sessenta homens, dez mulheres e três crianças. Este era o perfil da segunda geração que logo se tornou a maioria entre os exilados brasileiros residentes no país andino (MARQUES, 2011, pp. 130-131).

Com a eleição de Salvador Allende e seu projeto de levar o socialismo àquele país através das vias democráticas, o Chile se tornou uma forte inspiração para boa parte dos grupos mais à esquerda de todo o continente. A eleição da Unidade Popular era vista como a demonstração da aceitação por parte da população dos ideais revolucionários. Assim, militantes exilados de diversas regiões do continente buscaram o Chile como lar naquele momento.

José Maria Rabêlo esteve exilado no Chile entre 1965 e 1973, boa parte do tempo acompanhado de sua esposa, Thereza Rabêlo, e filhos. Eles escreveram em seu livro de memórias *Diáspora: os longos caminhos do exílio* suas impressões acerca da experiência. Tal livro será tratado aqui como uma fonte primária, subordinado, portanto, aos interesses dos sujeitos sociais envolvidos. Os interesses podem influenciar na adoção de determinado ponto de vista no documento. Portanto, sempre que possível será feito um cruzamento entre fontes para possibilitar a ampliação da interpretação e análise.

O Chile se tornou a “Meca da Esquerda Mundial”, segundo Rabêlo (2001, p. 75). A experiência da via chilena ao socialismo atraiu muita gente. “Exilado ou não, esquerdista que não passasse por lá, pelo menos por curto período, perdia um pouco de seu *status*.”, frisou. Segundo ele, “a colônia cresceu tanto que seria impossível relacionar os nomes dos que a integravam. Dos 80 ou 100 da primeira levamos saltamos para mais de 5 mil”.

Fica claro, portanto, o crescente número de brasileiros naquela região. Tal informação é reforçada na comparação com documentos oficiais. O diplomata Pedro Penner da Cunha, alocado em Santiago, escreveu, em relatório sobre o primeiro semestre do governo Allende, que as divergências entre Brasil e Chile tendiam a crescer e que “há um elemento de agravamento: a presença em Santiago de um grupo de banidos e numerosos asilados territoriais”⁷ Finaliza com a recomendação de que “cabe analisar com objetividade a influência política dos subversivos brasileiros” que ali estavam.

Marques (2017, pp. 247-248) escreve que os exilados políticos carregam um capital político e/ou representam uma causa ou ideologia, o que não ocorre igualmente com refugiados de guerra e migrantes comuns. Dessa maneira, o país que acolhe busca transmitir uma ideia ou valor, além de reforçar uma identidade. Assim, eram bem-vindos quando essa acolhida demonstrasse gerar um ganho político. Isso era percebido pelas elites dos países receptores, sobretudo na América Latina graças ao caráter discricionário do asilo na região. A solidariedade a esses grupos tem caráter estratégico e pragmático para os atores locais, sendo visto como parte do jogo político. Nesta perspectiva, os exilados nunca estiveram de fato isolados como pretendia, inicialmente, a ditadura que os baniram.

O regime local chileno não preconizava qualquer forma de ação coletiva aos exilados, ainda segundo Marques (2017, p. 251), entretanto exibia alto grau de tolerância com sua atuação política e defesa de temas como socialismo e a utilização de força armada como tática política. Havia o pensamento em comum de que a ditadura brasileira era imperialista e favorecia a concentração de renda. Neste sentido, criticar a ditadura era sinônimo de lutar contra as desigualdades de renda e a favor do socialismo, da reforma agrária e da consolidação do capital nacional.

⁷ Correspondência especial do Embaixador Câmara Canto para a Secretária de Estado do Ministério das Relações Exteriores, Santiago, 07/06/1971, confidencial, nº2790. Política interna: primeiro semestre do presidente Allende do Governo. MRE, Arquivo Histórico, Brasília.

O capital político dos exilados foi utilizado em favor do socialismo através da construção de uma identidade coletiva em que o socialismo e a América Latina estivessem no foco. Consequentemente, Santiago tornou-se um local de concentração da esquerda socialista, mesmo com a existência de algumas críticas por parte de setores da esquerda brasileira direcionada ao governo de Allende. Assim, as diferenças tornaram-se secundárias, pois era exigido neste contexto uma percepção mais flexível do combate político.

A liberdade dada pelo governo chileno permitiu ações brasileiras na esfera interna do Chile e na brasileira, de acordo com Marques (2017, p. 253). Sem a interferência da esquerda chilena, os brasileiros puderam continuar interagindo com o país que os expulsara. A partir disso, alguns grupos em território brasileiro, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário de 8 de outubro (MR-8), organizaram sessões que atuavam no exterior, através de auxílio de informantes. O objetivo era preparar o retorno de exilados, assim como organizar treinamentos para uma possível luta armada.

3. ATIVIDADES POLÍTICAS DOS EXILADOS SEGUNDO O CIEIX

3.1. Serviço Nacional de Informações e o Centro de Informação do Exterior

A atividade de inteligência, recolhimento e análise de informações que auxiliam na tomada de decisões por parte dos gestores públicos são de suma importância para os Estados. É fundamental em um cenário complexo, em que vários atores estão envolvidos e há distintos interesses, assim como em uma competição acirrada no ambiente externo e interno. A inteligência é capaz de reduzir riscos na hora da tomada de decisões (MOREIRA, 2011, p. 13). Devido a sua relevância, ocorrem em praticamente todos os países do mundo. Sua existência não configura um governo como ditatorial ou autoritário. No Brasil, surgiu oficialmente em 1927, durante o governo do presidente Washington Luiz com a criação do Conselho de Defesa Nacional (MOREIRA, 2011, p. 3).

Segundo Carlos Fico (2001, p. 105), os órgãos de recolhimento de informação do regime militar brasileiro não se limitaram à busca de dados com caráter estratégico. Ocorreu, também, a integração destes órgãos com o aparato repressivo da Ditadura. Através deles, informes acerca de brasileiros foram entregues, dando oportunidade para que muitos cidadãos fossem julgados sem o devido processo legal, contribuindo para prisões ilegais, torturas e assassinatos.

Após o golpe de 1964, foi instituído o Sistema Nacional de Informações, pois um órgão dessa natureza era visto como necessário. Dessa forma, veio antes de outros mecanismos tipicamente ditatoriais, como a polícia política, a propaganda e a censura. Em 1968, a demanda por informações extrapolou àquelas que davam margem para o presidente da República tomar suas decisões. Neste contexto ocorreu a integração com a polícia política, inserida pelo AI-5, motivada pela noção de que alguns brasileiros eram inimigos. Assim, a vida particular dos cidadãos foi acompanhada não por serem essenciais nas decisões governamentais, mas por serem percebidas como mecanismo contra esse inimigo interno (FICO, 2001, p. 76).

Foram observadas até mesmo a vida sexual de algumas pessoas, pois tais informações poderiam ser usadas para deslegitimar determinado sujeito. Além disso, o medo da ameaça comunista fazia com que os documentos informativos possuísem um teor exagerado e alarmista, soando muitas vezes como um falseamento da realidade. A exemplo disso, Carlos Fico (2001, p. 72-73) menciona casos em que fatos

aparentemente banais foram tratados como fortes indícios de infiltração comunista, como quando geólogos soviéticos que viajavam para a Bolívia realizaram escala em um aeroporto no Brasil. Apesar dos erros de interpretação e avaliações equivocadas, o SNI tornou-se uma fonte bastante profissional de informação para os generais-presidentes, sendo esses dados equivocados geralmente filtrados, permanecendo nos níveis subalternos.

O SNI era o órgão central do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o qual possuía dois ramos de atividade de informação: a informação e a contrainformação. Esta tinha o objetivo de neutralizar as atividades de informação dos inimigos. O SISNI era composto pelo SNI, pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares e pelo Sistema de Informações dos Ministérios Cíveis.

A Inteligência estava presente nos ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas ao Sistema de Informações dos Ministérios Cíveis, por meio da Divisão de Segurança e Informação (DSI) existente em cada instituição. Fico (2001, p. 84-85) cita como exemplo a atuação do Ministério da Justiça, que auxiliava na coordenação política com o governo, e do Ministério da Educação, que monitoravam em especial os movimentos estudantis.

O Ministério das Relações Exteriores possuía ainda outro setor, além do DSI: o Centro de Informações do Exterior (CIEEx). Foi constituído para analisar estrategicamente a conjuntura econômica, política e militar dos países vizinhos e daqueles que poderiam interessar ao Brasil de alguma forma. Além disso, tinha a atribuição de monitorar, vigiar e acompanhar os movimentos dos exilados brasileiros no exterior que persistiam na atividade política por não aceitarem as regras impostas pelo regime militar. A espionagem política representou um volume de informes muito maior do que os dedicados a análises estratégicas.

A criação do CIEEx aconteceu em 1966, entretanto antes disso algumas embaixadas brasileiras já monitoravam exilados brasileiros (PENNA FILHO, 2009, p. 46). A frequente troca de telegramas entre embaixadas brasileiras e o Itamaraty demonstra que este foi um essencial agente a serviço do Estado brasileiro no enfrentamento ao comunismo. Esta relação entre o Itamaraty e o sistema repressivo ditatorial não foi iniciada em 1964, mas em um processo histórico mais longo que não se limita a marcos temporais artificiais (SETEMY, 2013, p. 24). O monitoramento do Partido Comunista Brasileiro no exterior e a observação da atividade do movimento

comunista internacional já demonstram a experiência que o Ministério das Relações Exteriores possuía nessa área, desde o início da Guerra Fria. Por essa razão, o arquivo do Itamaraty é rico em documentação que trata de partidos comunistas na América Latina, em especial no Cone Sul (PENNA FILHO, 2008, p. 83).

Faziam parte do quadro do CIEEx e trabalhando em harmonia com o SNI e demais órgão de informação, diplomatas de carreira do Itamaraty. Pio Penna Filho (2008, p. 84) esclarece que esta não era uma função obrigatória, sendo que todos que foram lotados ali estavam por livre e espontânea vontade. Ademais, ressalta que os servidores que se propuseram a desempenhar esse papel geralmente eram encarados com desconfiança e reserva pelos colegas.

Durante a atuação do CIEEx milhares de informes foram encaminhados descrevendo as atividades de lideranças políticas, como Leonel Brizola e João Goulart. Havia a concepção de que eles ainda eram articuladores políticos influentes que poderiam ser um empecilho para o regime militar brasileiro. Diversos outros cidadãos foram monitorados, mesmo aqueles que ideologicamente não davam margem para suspeitas, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Intelectuais, como Florestan Fernandes e Caio Prado Junior, entre outros, também foram acompanhados. Militantes de esquerda, estudantes, pessoas comuns que não apoiavam a ditadura e até mesmo estrangeiros eram alvo de observação (*Idem*).

Nos países onde havia mais brasileiros era onde o Centro agia com maior frequência. Assim, a embaixada em Santiago no Chile foi bastante ativa. Entretanto, em locais como Montevideú, Buenos Aires, Praga, Paris, Moscou, Lisboa e Leste Europeu, dentre outros, também havia uma intensa vigilância (*Ibidem*). É possível supor que para alcançar tamanha produção de documento houve cooperação no exterior com governos, instituições e setores que compartilhavam da mesma ideologia, em conformidade com Pio Penna.

Fica claro, portanto, a complexidade e sofisticação do aparato repressivo da ditadura militar brasileira, uma vez que estava presente em diversos âmbitos da administração pública, vigiando cada vez mais a vida privada de seus cidadãos. Além de agir para além do território nacional, observando e fazendo relatórios não somente sobre opositores brasileiros, mas também de pessoas de outras nacionalidades.

Para alcançar maiores detalhes acerca da vida dos exilados, assim como de seus contatos e seus planos, agentes da repressão se infiltraram entre os grupos de exilados, se fazendo passar por um deles. José Maria Rabêlo conta que em diversos momentos os

exilados perceberam a presença de infiltrados entre eles para tentar descobrir como efetuavam seus trabalhos de solidariedade⁸, seus dirigentes e colaboradores (RABÊLO; RABÊLO, 2001, p. 85). Documentação do CIEEx descreve que em alguns momentos houve desconfiança de que determinados sujeitos eram agentes policiais infiltrados⁹ e houve casos em que o suspeito foi, inclusive, ameaçado de morte¹⁰.

Infere-se, portanto, que a máquina repressiva tinha a noção de que exilar não garantia o isolamento entre os expulsos. Pelo contrário, os informativos do CIEEx apontam que havia a consciência da atuação política deste grupo. A constante percepção de que tudo era uma afronta ao governo militar brasileiro juntamente com a conjuntura política chilena propiciou informativos que auxiliam na análise de como os exilados podiam continuar militando politicamente contra a ditadura brasileira.

3.2. Apoio do governo Allende aos exilados

Desde a corrida presidencial chilena, o Brasil demonstrava receio com a vitória do candidato socialista, uma vez que havia o medo do Chile tornar-se uma base para a guerrilha de toda a América Latina. Neste contexto, era necessário defender as “fronteiras ideológicas” como estratégia geopolítica, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional (VIZENTINI, 2004, p. 136). De acordo com a documentação do CIEEx, havia justificativa para esse temor.

Em 1970, o recém-eleito presidente chileno teria enviado uma carta para o ex-presidente brasileiro João Goulart, garantindo que o Chile seria de agora em diante um país amigo da liberdade do Brasil. Na oportunidade, também teria convidado Goulart para residir no Chile, onde não haveria qualquer limitação para atividades políticas. Leonel Brizola também teria recebido o mesmo convite por parte de Allende¹¹.

O fluxo de chegada de banidos e asilados brasileiros aumentava cada vez mais. A informação que cerca de 150 pessoas que estavam no Uruguai, Cuba, Argélia, China

⁸ Foi criada uma rede de solidariedade em que exilados com melhores condições financeiras e funcionários brasileiros de organismos internacionais em Santiago contribuíam financeiramente para uma “caixinha” designada para ajudar com uma pequena quantidade de dinheiro os refugiados com menos recursos. Além disso havia a orientação sobre empregos e bolsas de estudo (RABÊLO; RABÊLO, 2001, p. 82).

⁹ Cf. CIEEX, Informe, nº528. “Chile. Asilados brasileiros. Joaquim Pires Cerveira”. 4 de outubro de 1972. Secreto, 1972.

¹⁰ Cf. CIEEX, Informe, nº114. “Chile. Asilados brasileiros”. 7 de março de 1973. Secreto, 1973.

¹¹ Cf. CIEEX, Informe, nº408. “Refugiados brasileiros no Chile. Contatos em Montevidéu”. 12 de novembro de 1970. Secreto, 1970.

e Bolívia planejavam instalar-se no Chile justificava o temor da instalação de uma grande guerrilha latino-americana. O receio era agravado com a ciência de que o Ministro do Interior chileno, José Tohá Gonzalez, estava sabendo da chegada deste grupo e teria combinado que essas pessoas não constariam em listas oficiais. Organizações consideradas subversivas no Brasil teriam financiado os custos das viagens, assim como das documentações necessárias. Além disso, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), partido de orientação marxista-leninista, teria oferecido apoio técnico, colocando à disposição dois campos de treinamento¹².

Outro fato chamou atenção dos informantes a serviço do governo brasileiro: em data próxima a posse de Allende havia várias delegações de cubanos em território chileno, principalmente universitários, que aguardavam o evento. Enquanto isso, desembarcou no porto de Valparaíso um cargueiro com dezoito caixotes contendo supostamente material que seria utilizado em uma exposição na Universidade do Chile. Estes materiais passaram rapidamente pela alfândega, não sendo possível a abertura, em razão da presença de dirigentes da Unidade Popular, que carregaram as caixas em um caminhão e saíram ilegalmente¹³. O autor do informe suspeitava tratar-se de armas ou material operacional de inteligência.

Eram frequentes reuniões entre Salvador Allende, seu secretário particular, a deputada socialista Carmem Lazo e alguns exilados. Foi documentado nestes encontros a presença de Edmur Péricles Camargo, Amadeu Thiago de Melo, Candido da Costa Aragão e Amarilio Vasconcelos.¹⁴ Estes dois últimos, juntamente com Darcy Ribeiro e Almino Afonso, elaboraram um documento chamado Plano Geral de Ação para a Revolução Brasileira. Este texto foi traduzido para o espanhol e seria encaminhado para o presidente para solicitar apoio à revolução brasileira¹⁵. Além disso, foi escrito um plano de defesa contra um eventual golpe das Forças Armadas Chilenas contra o governo da Unidade Popular¹⁶.

¹² Cf. CIEEX, Informe, nº417. “Apoio chileno à subversão no Brasil”. 12 de novembro de 1970. Secreto, 1970.

¹³ Cf. CIEEX, Informe, nº456. “Chile. Movimentação de elementos cubanos”. 2 de dezembro de 1970. Secreto, 1970.

¹⁴ Cf. CIEEX, Informe, nº130. “Contatos de asilados brasileiros com o presidente Allende”. 18 de maio de 1971. Secreto, 1971.

¹⁵ Cf. CIEEX, Informe, nº124. “Chile. Atividades de asilados brasileiros. Plano Geral de Ação para a Revolução Brasileira”. 18 de maio de 1971. Secreto, 1971.

¹⁶ Cf. CIEEX, Informe, nº125. “Atividades de asilados brasileiros no Chile. Almino Afonso. Amarilio Vasconcelos. Unidade Popular”. 18 de maio de 1971. Secreto, 1971.

Até mesmo Hortência Allende, esposa de Salvador, teve contato com os banidos. No dia 20 de janeiro de 1970, a primeira dama os visitou no local onde se hospedavam por conta do governo chileno, o Lar Pedro Aguirre Cerda. A visita foi noticiada pela TV Nacional do Chile e, de acordo com o comentarista político do canal, a passagem teve caráter assistencial, pois Hortência seria presidente de diversos comitês de assistência social¹⁷.

O Presidente Allende também teria dado ordens para que fossem empregados no governo todos os banidos do território brasileiro por conta da instauração do AI-13. Era um grupo de setenta pessoas, entretanto alguns já haviam partido para países como Argélia e Cuba. Os que desejaram, portanto, foram contratados pela empresa estatal Petroquímica. O marido da deputada Carmem Lazo, Gustavo Diaz, que intermediou o contato com as autoridades chilenas e os banidos¹⁸.

Outras tentativas de encontro com o Presidente foram solicitadas. Um asilado chamado Thiago de Melo teria requerido reunião para sondar Allende sobre a viabilidade da instalação no exterior de um “governo brasileiro no exílio”¹⁹. Foi registrado também pelo CIEEx o conteúdo de uma reunião o qual foi analisado a possibilidade, entre outras coisas, de o prêmio da loteria ser dado a um brasileiro, em uma ocasião onde não houvesse ganhadores, para “ajudar a revolução de uma forma indireta”. Além disso, foram entregues cinco mil escudos chilenos ao asilado Candido Aragão²⁰.

Circulava a informação que havia um campo de treinamento a aproximadamente três horas de viagem de Santiago. A propriedade pertencia aos grupos Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e Movimento Manoel Rodrigues (MR-2). Lá vários brasileiros estariam recebendo instruções. Amarilio Vasconcellos tinha a função de criar um Comitê da Unidade Popular, coordenando diversos organismos, estatais ou não, ligados à produção de cobre. Os membros desta organização passariam a receber preparação militar nas propriedades do MIR e MR-2²¹.

¹⁷ Cf. CIEEX, Informe, nº39. “Chile. Frente de Imprensa. Visita efetuada pela esposa do Presidente do Chile aos banidos brasileiros”. 3 de fevereiro de 1971. Secreto, 1971.

¹⁸ Cf. CIEEX, Informe, nº177. “Chile. Situação dos banidos brasileiros”. 1 de junho de 1971. Secreto, 1971.

¹⁹ Cf. CIEEX, Informe, nº177. “Chile. Asilados e refugiados brasileiros”. 10 de maio de 1971. Secreto, 1971.

²⁰ CIEEX, Informe, nº176. “Chile. Reunião de refugiados brasileiros com o Presidente Allende”. 01 de junho de 1971. Secreto, 1971.

²¹ CIEEX, Informe, nº192. “Chile. Asilados e refugiados brasileiros. Amarilio Vasconcellos. MIR. MR-2”. 28 de junho de 1971. Secreto, 1971.

Apesar da aparente aproximação entre o governo e os refugiados brasileiros que daria a percepção de total liberdade para se organizarem politicamente, em 1971, alguns brasileiros ao desembarcarem em Santiago foram encaminhados a uma delegacia de polícia. Lá assinaram um termo proibindo o envolvimento em assuntos políticos que pudessem ocasionar em dificuldades nas relações diplomáticas entre os governos do Brasil e do Chile²². Um exemplo de tensão entre os dois países ocorreu quando um banido chamado Ubiratan de Souza planejou um ataque à Representação diplomática do Brasil, em Santiago, em represália à morte do guerrilheiro Carlos Lamarca. O ataque não aconteceu, porém a Embaixada brasileira tomou conhecimento do plano e protestou contra as atividades dos asilados em território chileno perante o Governo do Chile. Em consequência, o Ministro das Relações Exteriores chileno e a Chefia do Corpo de Carabineiros pressionaram o Ministro do Interior para que fossem expulsos, ou confinados no interior do país, os asilados mais ativistas. Isso gerou um receio entre os exilados que se preocupavam com as medidas que o governo adotaria²³.

As relações entre os dois países estariam fragilizadas e isso pressionava o governo chileno. Essa pressão foi percebida pelos brasileiros que lá estavam. As manifestações que ocorreriam em protesto à situação brasileira, marcadas para o dia 7 de setembro de 1971, foram reduzidas ao máximo. A razão seria a preocupação em evitar mais desgaste nas relações com o governo brasileiro²⁴. José Maria Rabêlo conta que a oposição ao governo da Unidade Popular vinha denunciando insistentemente a atividade dos estrangeiros, apontados como guerrilheiros a serviço da revolução no país (RABÊLO; RABÊLO, 2001, p. 86).

3.3.Contatos de exilado com países e organizações no exterior

Reforçando a ideia da possibilidade da união das esquerdas latino-americanas para derrotar as ditaduras de direita do Continente, agentes do Centro de Informações no Exterior obtiveram informações sobre relações entre exilados brasileiros com militantes de várias partes do mundo. Além disso, há registro de conspirações advindas de governos, sobretudo os de caráter socialista, para derrubar o governo ditatorial

²² CIEEX, Informe, nº33. “Chile. Asilados brasileiros”. 22 de janeiro de 1971. Secreto, 1971.

²³ CIEEX, Informe, nº402. “Tentativa de atentados contra funcionários da representação diplomática do Brasil em Santiago”. 19 de outubro de 1971. Secreto, 1971.

²⁴ CIEEX, Informe, nº363. “Chile. Asilados brasileiros. Política externa chilena, relações com o Brasil”. 14 de setembro de 1971. Secreto, 1971.

brasileiro. Documentação do CIEEx também informa sobre auxílio financeiro de organizações estrangeiras aos exilados. É possível, entretanto, que tenha havido uma exacerbação por parte dos informantes acerca das reais intenções por trás dos planos e das assistências.

Em 1970, foi levado a conhecimento das autoridades brasileiras que o governo cubano teria o plano de transferir de seu território para o Chile todos os exilados que desejassem lutar contra a ditadura brasileira. O treinamento seria feito nas propriedades do MIR, pois a principal estratégia era a guerrilha no campo. Teria sido sugerido, por Cuba, a realização de um congresso reunindo todas as organizações de esquerda, para que fosse feito um levantamento das forças disponíveis. Carlos Lamarca seria o presidente do congresso e chegaria ao local quando todos os recrutados já estivessem lá. Foi proposto também um mapeamento de todos os quartéis brasileiros na fronteira entre o Acre e a Bolívia, para facilitar a incursão de guerrilheiros que penetrariam por este local²⁵.

Em informe de 21 de maio de 1971 consta que o exilado brasileiro em território boliviano, Izidoro Vianna Gutierrez, chegou a Santiago para preparar viagem de Cândido Costa Aragão, Amadeu Thiago de Mello e Amarilio Vasconcellos para Bolívia. O objetivo seria estabelecer contato com o governo do presidente Juan José Torres e com grupos esquerdistas bolivianos para estreitar a colaboração já existente no que se refere ao trânsito de brasileiros e a uma eventual instalação de bases operacionais naquele país²⁶. Em 28 de junho do mesmo ano, partiram da capital chilena duas delegações de exilados brasileiros: uma, rumo à Bolívia; outra, com destino ao Peru. Segundo documentação do CIEEx, os viajantes teriam recebido armas e munições, proveniente do Exército chileno, do Comitê de Segurança do Partido Socialista Chileno. As armas tentavam garantir a segurança no trajeto²⁷.

O serviço de inteligência militar argentino informou ao brasileiro que foi apurado que Bariloche era um local de infiltração comunista, sendo considerada uma zona crítica. Lá era feita transmissão de propaganda esquerdista através de emissoras chilenas. Os “subversivos” chilenos mantinham contato com o Secretário do Bem-Estar Social do Governo Local, permitindo a entrada de ativistas chilenos e de outras

²⁵ Cf. CIEEX, Informe, nº483. “Refugiados brasileiros na Argélia, Cuba e Chile. Atividade subversiva”. 8 de dezembro de 1970. Secreto, 1970.

²⁶ Cf. CIEEX, Informe, nº135. “Contato das esquerdas e do governo boliviano com asilados brasileiros”. 21 de maio de 1971. Secreto, 1971.

²⁷ Cf. CIEEX, Informe, nº198. “Chile. Viagem de asilados brasileiros a Bolívia e Peru”. 28 de junho de 1971. Secreto, 1971.

nacionalidades. Ainda, foi comentado sobre a participação de elementos brasileiros em reuniões de organizações argentinas de esquerda²⁸.

Os supostos treinamentos não se limitavam à América Latina. Em 1971, setenta banidos teriam solicitado permissão para receber treinamento militar no norte do Vietnã. O pedido para ir ao país asiático ocorreu através da representação norte-vietnamita em Santiago. Outro grupo com quarenta banidos iria para a Argélia, no norte da África²⁹.

Segundo comunicado da inteligência brasileira, o objetivo dos grupos subversivos formado por exilados no Chile pretendiam reformular sua estrutura organizacional, impedindo a ação policial. Para este fim, seriam constituídas duas frentes. Uma seria denominada de “linha de massas” e outra, “linha armada”. A ligação entre elas ocorreria em Cuba, Argélia ou mesmo no Chile, evitando o território brasileiro. Neste sentido, caso um membro fosse preso no Brasil, não poderia delatar seus dirigentes, uma vez que estes estariam agindo no exterior. Além disso, os dirigentes usariam nomes falsos³⁰.

O apoio não vinha tão somente de outros Estados, organizações variadas contribuíam financeiramente com os exilados. A Organização Mundial de Igrejas fez uma doação de oito mil dólares aos exilados brasileiros em Santiago, em agosto de 1971. Até o momento da elaboração do Informe, não havia sido decidido como o dinheiro seria gasto³¹, porém é possível que este dinheiro tenha sido enviado somente em caráter humanitário. Já valor considerável por ser bastante superior foi enviado pelas Igrejas Unidas da Holanda para a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS): cinco cheques no valor de vinte mil florins cada, o que daria aproximadamente trinta e cinco mil dólares³².

²⁸ Cf. CIEX, Informe, nº137. “Infiltração chilena na Argentina. Trânsito de brasileiros pela Argentina”. 25 de maio de 1971. Secreto, 1971.

²⁹ Cf. CIEX, Informe, nº126. “Chile. Asilados e refugiados brasileiros”. 18 de maio de 1971. Secreto, 1971.

³⁰ Cf. CIEX, Informe, nº287. “Atividades subversivas no Brasil. Asilados brasileiros no Chile, Argélia, Cuba”. 5 de junho de 1972. Secreto, 1972.

³¹ Cf. CIEX, Informe, nº362. “Financiamento de refugiados brasileiros. Chile. Bolívia”. 14 de setembro de 1971. Secreto, 1971.

³² Cf. CIEX, Informe, nº174. “Asilados brasileiros no Chile. Auxílio financeiro. ACBS”. 15 de março de 1973. Secreto, 1973.

3.4. Denúncias das arbitrariedades da ditadura brasileira

Uma maneira encontrada pelos exilados para continuar resistindo de certa forma ao regime militar brasileiro foi a divulgação dos excessos que eram cometidos por parte dos militares. Dessa forma, através de impressão de panfletos, entrevistas em meios de comunicação, realização de eventos acadêmicos, entre outros, foi possível expor a censura, as prisões ilegais, as torturas e os assassinatos que aconteciam no Brasil.

Desde antes do início da via chilena para o socialismo, brasileiros que se encontravam lá já demonstravam a preocupação em falar com jornais e revistas sobre as motivações que os levaram a retirar-se de sua pátria. A exemplo disso, o CIEEx elaborou relatório acerca da publicação de dois artigos intitulados Brasil: O silêncio dos pastores e A luta armada no Continente, escritos por Marcio Moreira Alves em uma revista católica chamada “*Mensaje*”³³. Na mesma edição a revista publicou uma carta de autoria de Helder Câmara e José Lamartino. Nela, havia críticas ao Governo do Estado de Pernambuco pela prisão do estudante Luís Medeiros de Oliveira³⁴.

Demonstrando a importância das informações, foi formada a *Frente Brasileña de Informaciones*. Essa organização divulgou, por meio da agência *Prensa Latina*, documento com o título “*Como fue asesinado Marighela*”. Constava neste texto descrição de como um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura foi morto pela polícia. Também alertavam sobre como o serviço de inteligência e a polícia brasileira torturavam os presos políticos. O documento ganhou destaque e foi publicado no jornal *El Popular* em Montevidéu, em dezembro de 1969³⁵. O jornal chileno *El Clarín* também publicou a matéria “*El coronel J. Cardim habla de las guerrillas que encabezó en Brasil*”, com dados fornecidos pelo exilado Jefferson Cardim de Alencar Osório que vivia no Uruguai³⁶.

Em janeiro de 1971, foi transmitido pelo canal de TV da Universidade Católica do Chile entrevista em vídeo de setenta banidos brasileiros. Nesta ocasião, fizeram depoimentos sobre suas experiências nas mãos de torturadores ligados ao regime militar. Houve até demonstrações de como ocorriam as torturas. Participaram da

³³ Cf. CIEEX, Informe, nº406. “Revista chilena “Mensaje”. Artigos de Márcio Moreira Alves”. 5 de novembro de 1969. Secreto, 1969.

³⁴ Cf. CIEEX, Informe, nº407. “Revista chilena “Mensaje”. Protesto contra a prisão de Luís Medeiros. Helder Câmara e José Lamartino Soares”. 5 de novembro de 1969. Secreto, 1969.

³⁵ Cf. CIEEX, Informe, nº469. “Frente de Imprensa. “Frente Brasileño de Informaciones”, no Chile. Prensa Latina. Atividade subversiva no Brasil”. 23 de dezembro de 1969. Secreto, 1969.

³⁶ Cf. CIEEX, Informe, nº159. “Chile. Frente de imprensa. Asilado brasileiro no Uruguai. Jefferson Cardim Osório”. 20 de maio de 1970. Secreto, 1970.

reportagem, inclusive, menores de idade. Ao fim da exibição do material, o comentarista de política internacional disse que nos textos da academia de guerra do Brasil era ensinado que, em países de desenvolvimento econômico, sociais e culturais como as do Brasil, o terror é a melhor maneira de controlar o povo. Sérgio Onofre Mafra, presidente do Partido Nacional do Chile, afirmou ser contrário a regimes autoritários e expressou a utilidade do vídeo, pois mostrar aos chilenos o que era uma ditadura³⁷.

Em 1971, Candido da Costa Aragão visitou a Câmara dos Deputados do Chile acompanhado de Edmur Pércles e Amarilio Vasconcellos, com o apoio e patrocínio de Carmen Lazo do Partido Socialista. Desta feita, falou com jornalistas e fez uma série de declaração. Entre outras, afirmou ter sido torturado “nas mãos dos gorilas” e que, por consequência, adquiriu problema de visão devido a um descolamento de retina. Na mesma oportunidade afirmou que “sou um morto em meu país, porém não importa, vivo no Chile e estou casado com a revolução”³⁸.

Além da divulgação em meios de comunicações, outra forma encontrada para expor e debater livremente sobre a situação brasileira foi a realização de eventos acadêmicos. No hall da Universidade Católica do Chile foi realizada a mostra Jornada de Solidariedade com o povo do Brasil em maio de 1971. Teriam organizado a exposição Amarilio Vasconcellos, Edmur Pércles, Takao Amano, Amadeu Thiago de Mello e Manuel Thiago de Mello³⁹. Em julho de 1971, também foi realizada a Semana Anti-imperialista de solidariedade com o povo torturado do Brasil, realizada pela Federação de Estudantes do Chile (FECH) e pelo Conselho de Difusão da Universidade de Concepción. Participaram diversos exilados e as torturas e perseguições no Brasil foram abordadas em palestras, conferências de imprensa e exposições com fotografias. Na ocasião, foi declarado através da Rádio da Universidade que os exilados voltariam ao Brasil para lutar junto dos companheiros que se encontravam presos e perseguidos por conta de sua ideologia política. Foi dito, ainda, que setores da Igreja, no Brasil,

³⁷ Cf. CIEEX, Informe, nº37. “Chile. Asilados brasileiros. Frente de Imprensa”. 3 de fevereiro de 1971. Secreto, 1971.

³⁸ Cf. CIEEX, Informe, nº196. “Chile. Atividade de Candido Aragão”. 28 de junho de 1971. Secreto, 1971.

³⁹ Cf. CIEEX, Informe, nº173. “Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de solidariedade com o povo brasileiro”. Takao Amano. Amadeu Thiago de Mello. Amarilio Vasconcellos. Edmur Camargo”. 1 de junho de 1971. Secreto, 1971.

apoiaram os presos e perseguidos, razão pela qual muitos sacerdotes tinham sido presos⁴⁰.

Para os exilados não bastava apenas denunciar o autoritarismo do governo militar para o resto do mundo, era necessário conscientizar a população brasileira. Neste sentido, informe de abril de 1971 revela que a exilada Eli Hauer teria viajado de Santiago para Montevidéu portando documento denominado “Livro negro das torturas no Brasil”, impresso na Argélia. No Uruguai, teria dado o documento para Carlos Sá, o qual estava providenciando a impressão em folhetos com tiragem de mais de onze mil cópias. O plano seria enviá-los para o Brasil, entrando pelo Rio Grande do Sul, e destinando-os para organizações subversivas e pessoas simpatizantes⁴¹.

3.5. Influência da crise no Chile na atividade política dos asilados brasileiros

Havia o desejo de parte de exilados, sobretudo aqueles da segunda geração, de prosseguir com suas atividades políticas. Esse foi, inclusive, motivo de divergência entre exilados da primeira e da segunda geração. De acordo com Rabêlo (2001, p. 84), os mais antigos – que chegaram antes de 1968 – achavam que deveriam manter uma atuação mais discreta, por estarem em um país estrangeiro e, principalmente, que enfrentava um momento de forte polarização. Os outros, mais jovens e participantes ou simpatizantes da luta armada, advogavam por uma participação no processo chileno, percebendo o exílio como prolongamento de suas ações no Brasil. O segundo grupo se intitulava como verdadeiros revolucionários e criticava o comportamento do primeiro, os taxando de meros reformistas, alimentado, dessa forma, um discurso dicotômico.

A preocupação diante da polarização pela qual o Chile passava tinha fundamento. Com o aprofundamento da crise econômica, social e política do governo Allende, a atuação política foi se reduzindo pouco a pouco. De acordo com documentação do CIEEx, já em 1972, a atividade dos asilados, banidos e refugiados tem sido muito reduzida, limitando-se a inúmeras reuniões⁴². Em maio do mesmo ano, um grupo de asilados deixou o Chile no intuito de ir ao Peru para se estabelecer lá

⁴⁰ Cf. CIEEX, Informe, nº262. “Chile. Atividade de asilados e refugiados brasileiros. “FECH”. Universidade de Concepción”. 6 de agosto de 1971. Secreto, 1971.

⁴¹ Cf. CIEEX, Informe, nº84. “Refugiados brasileiros no Uruguai e no Chile. Atividades subversivas no Brasil”. 19 de abril de 1971. Secreto, 1971.

⁴² Cf. CIEEX, Informe, nº75. “Chile. Atividades dos asilados brasileiros”. 16 de fevereiro de 1972. Secreto, 1972.

permanentemente. O motivo para tal seria dificuldades financeiras e a situação política chilena⁴³. Outro grupo de asilados estava preocupado e pretendia mudar para Cuba ou Argélia, pois estavam demasiadamente desapontados com a conjuntura chilena. Necessitavam mudar para conquistarem maior liberdade de movimento⁴⁴.

No ano anterior ao golpe que derrubou Salvador Allende do poder, já era percebido a atmosfera do medo diante da possibilidade. Informe de julho de 1972 conta que entre os exilados e refugiados em Santiago imperava a inquietação diante do temor de um golpe militar coordenado pelas Forças Armadas. Nesta época foi elaborado pelo Partido Comunista Chileno um manual sobre ações e reações possíveis em caso de efetivação da manobra por parte dos militares⁴⁵.

Intensificando a apreensão, em outubro de 1972, circulava a informação de que um grupo de Oficiais Gerais das Três Forças havia dado um ultimato a Allende, alertando que agisse para normalizar a situação do país ou sairia do poder. O PPCh advertiu que, em caso de golpe, a resistência seria praticamente nula. O Partido Socialista foi um pouco mais otimista, afirmando que estariam “dispostos a lutar até o último cartucho”. O problema estava aí, segundo o PCCh: o número reduzido de armas. Neste contexto, foi solicitado aos estrangeiros participantes da Brigada Internacional que se voluntariassem para auxiliar no carregamento e direção de caminhões. Entretanto, somente quinze pessoas se despuseram⁴⁶.

Em 1973, o receio era ainda maior. Após as eleições parlamentares de 4 de março de 1973, diversos exilados passaram procurações para Antonio Bezerra Baltar. Ele era funcionário brasileiro da CEPAL/ONU e por conta de sua imunidade garantida pelas Nações Unidas foi procurado para cuidar de interesses desses exilados na hipótese do golpe militar ser concretizado⁴⁷.

No dia 11 de setembro de 1973, de fato o golpe foi posto em prática. Allende morreu após as Forças Armadas Chilenas bombardearem o *Palácio de La Moneda*, colocando fim a via chilena para o socialismo. Uma Junta Militar, com Augusto

⁴³ Cf. CIEEX, Informe, nº223. “Situação política chilena. Asilados brasileiros”. 15 de maio de 1972. Secreto, 1972.

⁴⁴ Cf. CIEEX, Informe, nº396. “Chile. Atividades dos asilados e banidos brasileiros”. 31 de julho de 1972. Secreto, 1972.

⁴⁵ Cf. CIEEX, Informe, nº413. “Chile. Política interna. Asilados brasileiros. PCChileno”. 7 de agosto de 1972. Secreto, 1972.

⁴⁶ Cf. CIEEX, Informe, nº572. “Chile. Situação política interna. Asilados brasileiros”. 18 de outubro de 1972. Secreto, 1972.

⁴⁷ Cf. CIEEX, Informe, nº175. “Asilados brasileiros no Chile. Funcionário da CEPAL, Antonio Bezerra Baltar”. 5 de abril de 1973. Secreto, 1973.

Pinochet como presidente, assumiu o poder. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo governo e providenciou o envio de alimentos, remédios e auxílio financeiro. Poucos dias, o Banco Central do Brasil prometeu fornecer um crédito de duzentos milhões de dólares ao novo governo que se instaurara (BANDEIRA, 2008, p. 558).

Pinochet exigiu que os que ainda resistiam se rendessem, caso contrário seriam fuzilados. Entretanto, alguns se renderam e ainda assim foram mortos. Cerca de 4.400 pessoas consideradas subversivas foram presas e concentradas no Estádio Nacional, dentre essas pessoas 50 eram brasileiras. Alguns estiveram presos somente por serem estrangeiros, como o professor e escritor baiano Fernando Batinga. Oficiais da inteligência das Forças Armadas Brasileira se dirigiram a Santiago para interrogar os exilados brasileiros presos. No Estádio Nacional, os prisioneiros foram submetidos a interrogatórios, agressões físicas e assassinatos (BANDEIRA, 2008, pp. 559-561).

O filho de José Maria e Thereza Rabêlo, Pedro, foi levado ao Estádio Nacional. Na época tinha apenas 17 anos de idade e passou por diversos interrogatórios. Pedro relata que foi conduzido para responder a uma série de questionamentos e lá estavam policiais brasileiros. Eles não falavam diretamente com os presos, mas escreviam perguntas e passavam para os militares chilenos. Queriam saber sobre a vida dos exilados, quantos eram e quem os ajudava (RABÊLO; RABÊLO, 2001, p. 241).

Enquanto isso, milhares de pessoas, chilenos e de outras nacionalidades, estavam em embaixadas pedindo asilo. Com exceção do Brasil e Uruguai, as demais embaixadas dos países latino-americanos estavam abrigando pessoas. Assim como países europeus, como Itália, França, Suécia e Santa Sé. De acordo com Bandeira (2008, p. 557), aproximadamente 2.200 salvo-condutos foram concedidos pelo Ministério das Relações Exteriores Chileno, requeridos por embaixadas de países europeus e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Assim, iniciou-se um novo fluxo de migração forçada, o qual os exilados precisaram partir mais uma vez, adaptando-se a uma nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) é rica tanto em informações sobre as conjunturas políticas do países observados quanto em detalhes sobre a vida dos exilados no exterior. Não apenas dados básicos, como número de passaporte, telefones e endereços, foram registrados. Também foram descritas informações sobre relacionamentos, locais de trabalho e viagens a outros países. Aparentemente essas informações não eram consideradas banais, pois se articulavam com informações acerca de planos para articulações políticas que pretendiam promover a continuidade da militância fora dos limites territoriais brasileiros.

A diversidade de informações e seus detalhes demonstram o empenho dos agentes da inteligência em coletar dados que poderiam ser úteis na estratégia para reprimir esses grupos que insistiam em se opor ao regime. A grande quantidade de material só poderia ter sido produzida através da infiltração de agentes policiais nos ambientes onde os exilados estavam. É possível que autoridades e grupos que compartilhavam das mesmas ideologias e interesses com a ditadura brasileira tenham ajudado de alguma maneira, facilitando o acesso a determinadas informações, nos países observados.

O anticomunismo e a percepção de que qualquer atitude poderia ser considerada como um ato subversivo está presente nos informes. O contexto internacional bipolar alimentava essa preocupação, uma vez que sempre havia a suspeita do patrocínio dos soviéticos ou dos cubanos para tentar levar a Revolução para o máximo de regiões possíveis. A Doutrina de Segurança Nacional cumpria o papel de estigmatizar os próprios nacionais como possíveis inimigos do Estado brasileiro. Desta maneira, mesmo fora do território nacional, ainda eram inimigos que precisavam ser neutralizados ou destruído, segundo a Doutrina.

Mesmo que estivessem fora do Brasil, os exilados poderiam exercer influência política na luta contra o governo brasileiro, segundo temiam os órgãos de repressão. Isso contrariava os objetivos iniciais do exílio, que pretendia isolar, através da expulsão, os atores políticos considerados indesejados. Entretanto, o exílio foi encarado como a oportunidade de manutenção da atividade política para alguns ativistas. Dessa forma, o relativo ambiente de liberdade proporcionou reuniões, debates, conexões com outros

grupos, treinamentos, entre outros, que não eram possíveis por conta da forte repressão dentro das fronteiras brasileiras.

Os militares tinham consciência da manutenção do ativismo político no exterior e temiam que a eleição do socialista Salvador Allende contribuísse para o fortalecimento das táticas de guerrilha e oposição. Por esta razão fez uso de sua inteligência para obter informações e se manter sempre um passo à frente de seus inimigos, não somente no Chile, mas em diversos lugares do mundo.

O Chile, especialmente, deveria ser observado, pois havia o medo de um governo socialista que viesse a contribuir para a formação de uma base para a guerrilha de toda a América Latina, que se voltaria contra seus respectivos governos. Dessa maneira, os exilados no Chile foram analisados atentamente para verificar suas conexões com o governo da Unidade Popular, com outros países socialistas e grupos de esquerdas. Foram analisadas as formas de recebimento de auxílio financeiro, admissão em empregos, envio de correspondências e, ainda, o prosseguimento de contatos no Brasil.

Através do exame da documentação, foi exequível notar algumas modalidades de atividade política entre os exilados políticos no Chile. A princípio fica claro a receptividade do governo Allende aos exilados, pois carregavam uma ideologia anti-imperialista e antiautoritária, que poderiam trazer ganhos aos grupos de esquerda dentro do próprio cenário político chileno. Isso é percebido pelos agentes de informação, razão pela qual diversos informes comunicavam sobre reuniões entre exilados e autoridades chilenas, assim como qualquer ato que beneficiasse os refugiados.

Havia relações com brasileiros exilados em diversas partes do mundo e também com grupos de esquerdas e governos socialistas. Isso representava local para treinamento, ajuda em dinheiro, fornecimento de armas, que poderiam se voltar contra o governo militar brasileiro em um eventual retorno com vistas a promover a luta armada. Consta na documentação um projeto cubano para suporte aos guerrilheiros, permissão boliviana para passagem da guerrilha por seu território, propaganda comunista na argentina, treinamento militar no Vietnã, entre outros.

Outra forma de atuação política notada é a tentativa de denunciar os excessos cometidos no Brasil, através da mídia e da produção universitária. Diversas entrevistas foram concedidas, assim como palestras e eventos. Para os exilados a liberdade de

expressão e imprensa significava muito após tanta perseguição. Os efeitos produzidos dentro do Brasil eram mínimos, pois a população não tinha conhecimento dessas denúncias graças à censura aos meios de comunicação. Entretanto, a pressão internacional em certa medida trouxe efeitos, a exemplo da diminuição de auxílio financeiro por parte dos Estados Unidos, que não queriam ter sua imagem associada às violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil.

Diante do exposto, é possível afirmar que o exílio significou a possibilidade de dar continuidade a suas atividades políticas. Entretanto, havia uma diversidade muito grande de exilados, com visões de mundo, vivências e interesses diferentes. Não se pode afirmar que todos os exilados pretendiam pegar em armas contra a ditadura militar, pelo contrário, muitos queriam atuar de forma pacífica. Outros nem desejavam continuar a fazer política. Exemplo dessa diferença é o perfil dos que chegaram pouco tempo depois do golpe de 1964 e o dos que chegaram após 1968. Os primeiros eram pessoas com formação superior e que não encontraram dificuldade para se manter financeiramente. O segundo grupo era mais jovem, composto principalmente por estudantes e pessoas ligadas com a militância, armada ou não. O primeiro grupo era mais cauteloso em suas ações. O segundo entendia-se como mais revolucionário e mais disposto a enfrentar as consequências de sua atividade política.

Pode-se inferir, ainda, baseado tanto na documentação do CIEEx quanto no livro de memória escrito por José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo que a atividade política foi diminuindo a medida que a crise social, econômica e política do governo Allende crescia. Mesmo os mais animados com a atividade política acabaram tendo que se contentar com o ambiente pouco propício para fazer aquilo no momento. Assim, muitos partiram em busca de mais liberdade de movimento e por temor de um golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas Chilenas.

Depois de 11 de setembro de 1973, encerrou-se de fato a liberdade de atividade política dos exilados brasileiros no Chile. O auxílio dado aos conspiradores chilenos para formular o caos no Chile teve como fundamento, entre outros, neutralizar qualquer possibilidade de oposição em um país tão próximo ao Brasil.

A análise da documentação do CIEEx é rica em informação e de forma alguma encerra-se aqui. Através de seu exame, muitas outras perguntas podem ser respondidas, tanto em relação aos exilados em outros países além do Chile quanto a outro período de tempo. É possível e necessário, ainda, explorar melhor cada forma de atuação política, assim como outras não citadas neste trabalho.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 301 ao 490. Difusão, vol. 9, 1969. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 001 ao 298. Difusão, vol. 10, 1970. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 299 ao 501. Difusão, vol. 11, 1970. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 001 ao 140. Difusão, vol. 12, 1971. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 141 ao 349. Difusão, vol. 13, 1971. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 350 ao 602. Difusão, vol. 14, 1971. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 001 ao 310. Difusão, vol. 15, 1972. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 311 ao 599. Difusão, vol. 16, 1972. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

SEDOC. Carga do CIEEx. Do nº 001 ao 310. Difusão, vol. 18, 1973. Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. **Diáspora**: os longos caminhos do exílio. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

FONTES SECUNDÁRIAS

AGUERO GARCIA, Javier. América Latina durante la Guerra Fría (1947-1989): Una Introducción. **InterSedes**, San José, v. 17, n. 35, p. 151-195, Jun 2016.

ANTUNES, Paulo José da Conceição. A Alteração do conceito de Dissuasão: Contributos para a sua conceptualização. **Revista Militar**, n. 2460, pp. 1 - 48, Janeiro de 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BERTONHA, João Fábio. Ideologia ou Realpolitik? A formatação das duas grandes alianças durante a Segunda Guerra Mundial. **Fronteiras: Revista Catarinense de História** [Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina]. Florianópolis, n. 26, 2015/2 [on-line].

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do Golpe á Ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. A perseguição além da fronteira: os órgãos de repressão e espionagem da ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai. **Estudios Históricos** (Rivera) , v. 1, p. 1-10, 2009.

FERNANDES, Fernanda de Moura. **De golpe a golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)**. Curitiba: Juruá, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 129-151, Dez, 2005.

GIL, Federico *et al.* (Ed.) **Chile 1970-1973 – Lecciones de una experiencia**. Madrid: Tecnos, 1977.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, Junho 2015.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. Rio Grande do Sul: Lume Repositório Digital, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29583>>. Visualizado em 09 de outubro de 2018.

_____. O Exílio e as Transformações de Repertórios de Ação Coletiva: A Esquerda Brasileira no Chile e na França (1968-1978). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, Mar. 2017.

MOREIRA, César Antônio Ciuffo. **A atuação da Agência Brasileira de Inteligência no campo das relações internacionais brasileiras**. 2011. 65 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília v. 52, n. 2, p. 43-62, jul./dez. 2009.

_____. Os Arquivos do Centro de Informação do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 79-92, jul/dez 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. **Estudos IberoAmericanos**, PUCRS, v.XXVIII, n.1, p.167-182, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966).** 2013. 341 f. Tese (Doutorado) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa no regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

YOFRE, Juan Bautista. **Missión Argentina en Chile (1970-1973).** Los registros secretos de una difícil gestión diplomática. Santiago: Editora Sudamericana, 2000.